



1.19 • Conjuntura internacional

A LÍBIA E O OCIDENTE

A LÍBIA, DESDE A COLONIZAÇÃO ROMANA, tem na sua história testemunhos da sua relação com o Ocidente, em especial com a Europa, alguns demonstrativos que interesses comuns podem estimular a aproximação, outros de que nem sempre reinaram as vontades de cooperação mútua. Esta ambivalência, vivida pelos países das duas margens do Mediterrâneo, jamais fez esquecer aos Estados ribeirinhos que partilham um espaço comum, caracterizado por uma marcante história de relações comerciais entre eles e por peculiaridades culturais comungadas. Contudo, para que as relações sejam de cooperação mútua, há que se ultrapassar desconfianças e ressentimentos.

A herança de descontentamento

Ao longo dos tempos existiram manifestações históricas que indicaram que nem sempre as relações comerciais entre aqueles países foram suficientes para garantirem a cooperação. As ações de curso, por exemplo, realizadas nos séculos XVIII-XIX, ao largo da Líbia e Argélia, sobre os navios ingleses e franceses que transportavam mercadorias, foram pilares essenciais da economia daqueles países. Foram, ainda, vistas como uma forma de guerra do passado, entre o Islão e o Cristianismo, afetando as relações, até comerciais, entre a Líbia e os países europeus.

Porém, as desconfianças não eram exclusivas da margem setentrional do Mediterrâneo. As ocupações otomanas, em especial a ocorrida em 1835, a ocupação italiana iniciada em 1911 e a administração militar da Grã-Bretanha e da França, encetada em 1943, no decorrer do fim da 2.ª Guerra Mundial, enformaram como a Líbia percecionava a Europa, vendo-a mais como ex-colonizadora do que como parceira. A ocupação italiana, baseada na colonização, como instrumento de pacificação forçada, levou à constituição de campos de concentração, onde muitos líbios pereceram. Em 1939, 110 000 colonos italianos encontravam-se na Líbia, tendo a Itália, após 1936, implementado um programa de colonização sistemática, denominado «Quarta Costa», à custa dos lavradores pobres da região do Mezzogiorno (Joffe, 2002, p. 3). Os líbios reagiram a essa colonização, tendo a Cirenaica resistido violentamente, até 16 de setembro de 1931, data em que foi neutralizado Umar al-Mukhtar, líder local da resistência. Já a Tripolitânia foi considerada pela Itália quase pacificada em 1924.

Em 24 de dezembro de 1951, por reconhecimento das Nações Unidas, o então Reino Unido da Líbia obtém a independência, libertando-se da administração militar da Grã-Bretanha e da França, apesar de a Itália ainda ter procurado obter um mandato para gerir o país. Na consolidação dessa independência, estes três países procuraram

manter a sua influência sobre a Líbia, sobretudo sobre o poder político, estimulando desconfianças e ressentimentos nas tribos líbias. O primeiro Governo foi constituído, por influência inglesa, por elementos importantes da tribo Sanussi, implantada na Cirenaica. A monarquia líbia, também ela Sanussi, e aquele Governo mostraram sempre simpatias pelas orientações ocidentais, demonizando o nacionalismo árabe, que colhia, em meados do século XX, a afeição de parte significativa dos árabes. Em 1954, a monarquia chegou a ceder a base aérea de Wheelus, na região de Trípoli, aos EUA, e a base de al-Adhem à França, tendo, após a descoberta de petróleo, em 1957, exigido as devoluções, suscitando o desagrado daquelas potências.

“
(...) por mais quanto tempo
irá a Líbia resistir a esse pedido
de ajuda (do Ocidente) e qual
será o papel da Europa nessa
ajuda?”

Apesar da simpatia pelo Ocidente, o papel deste no progresso da Líbia, até à descoberta das jazidas de petróleo, não permitiu a esta sair da pobreza, económica e social, potenciando a animosidade dos líbios contra o Ocidente. Após aquela descoberta, a exploração dos poços de petróleo era controlada por empresas ocidentais, que definiam os preços do produto explorado, considerando os interesses dos compradores dos seus países, gerando, nos líbios, um sentimento da existência de uma subtração dos recursos nacionais. Paralelamente a isso, Idris I e o seu Governo, nas suas políticas, pareciam privilegiar a Cirenaica, em detrimento da Fezzan e da Tripolitânia, passando esta a ser a “face” líbia da insatisfação em relação à monarquia, à sua ligação com o ocidentalismo e à sua preferência pelos valores ditos ocidentais. A monarquia suportava o seu poder no apoio partidário da tribo Sa’di, centrada na Cirenaica, e em relação à qual, pela preferência da realeza, as tribos Qadhahfa e Wārfalla sentiam-se subjogadas. A perceção gerada nos cidadãos daquelas duas últimas regiões líbias aumentou as fragilidades na coesão nacional, já de si fraturada pela existência de uma miríade de tribos, algumas rivais. Isso promoveu os preconceitos dos cidadãos dessas regiões contra o Ocidente, visto como o apoiante da monarquia vigente e o fomentador daquela iniquidade. Contudo, a alegada preferência da monarquia

Francisco Xavier F. de Sousa

pela Cirenaica não desvaneceu os preconceitos nutridos nesta região, desde a colonização italiana, pelo Ocidente.

Em 1963, Idris I procura criar um Estado unitário, substituindo o sistema federal dos três Estados (Fezzan, Tripolitânia e Cirenaica) por um outro, assente em dez províncias, limitando a autonomia regional, suscitando relutâncias em algumas tribos, mais identificadas com as regiões do que com aquela organização administrativa.

Kadhafi e o Ocidente

Toda aquela consciência situacional, preconceituosa e de descontentamento, levou a que, em 1 de setembro de 1969, Muammar al-Kadhafi, num golpe de Estado, depusesse Idris I. Esse golpe aproveitou a insatisfação dos líbios, sustentando-se no princípio de confrontação com um Ocidente apoiante da monarquia e indutor das decisões que, alegadamente, afetaram o povo líbio. Iniciou-se, assim, a era «kadhafiana», caracterizada pela defesa, de intensidade variável no tempo, dos valores anticidentais, defendidos por um nacionalismo árabe que nunca se afirmou, completamente e na prática, entre os árabes, muito sustentado na história do colonialismo e do apoio do Ocidente à monarquia Sanussi, bem como no quotidiano vivido, centrado no apoio desse Ocidente a Israel e às empresas extratoras de petróleo.

Foi em obediência à oposição ao Ocidente, como princípio e justificação da sua existência, que o regime de Kadhafi, com condutas radicalizadas, procurou desenvolver armas de destruição maciça e foi agente de ações terroristas, como a ocorrida em 21 de dezembro de 1988, sobre Lockerbie, com a explosão de um *Boeing 747* da PanAm, vitimando 243 passageiros, 16 tripulantes e 11 pessoas em terra, ou o atentado, ocorrido em 5 de abril de 1986, à discoteca La Belle, em Berlim Ocidental, que vitimou dois militares norte-americanos e uma mulher turca. Este originou os bombardeamentos, dez dias volvidos, a Trípoli e a Benghazi, ordenados por Ronald Reagan, que vitimou sessenta líbios.

As negociações que Kadhafi encetou, em janeiro de 1970, duraram cerca de dois anos e envolveram cerca de vinte empresas transnacionais extratoras de petróleo. A Líbia iniciava um período de desenvolvimento económico, que a guindou, na década de 90, ao décimo terceiro lugar na escala dos maiores produtores petrolíferos, sendo cerca de 95% da produção exportada para a Europa. O petróleo, sendo de alta qualidade e tendo, a Líbia, uma população reduzida (na década de 70, a população era de cerca de 3 milhões de pessoas), levou rapidamente o país a atingir elevados índices de riqueza. Porém, no fim da

CRISES LÍBIAS

Não há uma crise líbia, mas um emaranhado de várias. A principal é a inexistência de um governo de unidade nacional, o que se reflete nas outras crises, mormente na ruína económica, na falta de efetiva soberania e na insegurança do país. A Líbia tem dois governos: um em Trípoli, apoiado por milícias tribais, pelo Qatar e Turquia, designado Governo de Acordo Nacional; e outro em al-Bayda e Benghazi, apoiado pelo Egito, Arábia Saudita, Rússia e, ainda, pelo general Khalifa Hafter, comandante do Exército Nacional da Líbia e que comanda mercenários oriundos de grupos de rebeldes do Darfur, ligados ao contrabando e ao tráfico de migrantes, em especial do Sudão. Na Líbia há uma guerra sunita por procuração. No Sul do país pululam grupos armados chadianos e sudaneses, que atacam os países vizinhos e servem o crime organizado. Em 3 de maio de 2018, Líbia, Níger, Sudão e Chade acordaram num mecanismo de cooperação para a segurança das fronteiras. A maioria dos mais de 200 000 imigrantes que chegaram à Europa, em 2017, partiram da Líbia.

A Líbia, em dezembro de 2016, expulsou o Estado Islâmico de Sirte e, em janeiro de 2017, de Benghazi, espalhou os seus terroristas, encontrando-se, agora, em Bani Walid e a sul de Sirte. A militância jihadista está, ainda, no Sudoeste da Líbia, com a al-Qaeda.

Esta pálida imagem dos desafios líbios exige especificidades para a solução, tais como: a promoção de um Governo de consenso nacional, reconhecido internacionalmente; a estruturação das Forças Armadas, tornando-as credíveis e subordinadas ao poder político; a reconciliação inclusiva; a redução da ameaça terrorista, negando-lhe santuários; a promoção do progresso social e económico, da justiça e da educação; envolver-se os vizinhos e as fações líbias na resolução das crises; reconhecer o papel político e social do Islão na Líbia. Para tal, a Líbia vai ter de pedir ajuda ao Ocidente, sendo a ocasião de a Europa poder participar na construção do país, como garantia da sua segurança.



Regiões da Líbia

Adaptado de: <http://johan.lemarchand.free.fr/cartes/img/LBY05.jpg>

década de 90, com as sanções económicas impostas pela ONU e executadas pelo Ocidente, em especial pelos Estados Unidos da América, devido aos atentados líbios e à conduta hostil de Kadhafe para com o “outro mundo”, a Líbia sentia dificuldades de desenvolvimento económico. Além disso, a desilusão que o projeto de União da Nação Árabe lhe suscitou provocou a sua viragem para África, tendo, até, sido eleito, em 2 de fevereiro de 2009, na XII Cimeira da União Africana, presidente desta, tendo defendido a união das nações africanas, numa visão dos Estados Unidos de África.

Em 15 de agosto de 2003, após catorze anos da sabotagem do avião da PanAm, Kadhafe, percebendo que a Líbia, mantendo a sua versão de não estar envolvida no ataque e que poderia provocar uma invasão norte-americana, assumiu a responsabilidade pela ação dos seus “funcionários”, num ambiente de suspeita de que foram instrumentos de apoio ao Irão, numa ação de retaliação contra os americanos por terem abatido, em 3 de julho de 1988, um avião civil iraniano, provocando a morte a 290 passageiros. A Líbia pagou uma compensação às famílias das vítimas dessa sabotagem, de cerca de 2,7 mil milhões de dólares americanos (Walberg, 2011, p. 154). Esta ação, conjugada com a abertura, em 2006, à fisca-

lização do seu programa de armas de destruição maciça, provocou a suspensão, pela ONU, em 2008, das sanções e a aproximação da Líbia ao Ocidente, tendo, ainda em 2006, Bush reatado as relações diplomáticas com esse país.

Kadhafe inicia, então, visitas à Europa: a 15 de setembro e a 7 de dezembro de 2007 visita Paris e Sarkozy; a 6 de dezembro desse ano visita Lisboa e José Sócrates; a 15 de dezembro esteve em Sevilha e a 17 é recebido pelo rei de Espanha e por Rodríguez Zapatero em Madrid; a 10 de junho de 2009 visita Roma, cidade a que regressa a 29 de agosto de 2010 e onde é recebido por Berlusconi. Kadhafe, a sua tenda e o seu exército feminino de seguranças passaram a ser vistos na Europa, surgindo nela preocupações pela influência que parecia exercer nas atividades económicas de alguns dos seus países, mormente na Itália. Mas também pelos indícios de financiamento político a alguns líderes da Europa, que têm vindo a ser confirmados, ultimamente, na comunicação social. Essa aproximação ao “cruzado” trouxe, ainda, preocupações e desconfiança aos líbios.

A Primavera Árabe líbia estalou por um conjunto de realidades – sociais, económicas e políticas – e de perceções de um povo que procurava a liberdade. Aquela desconfiança também foi um dos condimentos da consciência para a necessidade da mudança. Kadhafe apercebe-se tarde disso e, tentando congrega um povo, evoca a luta contra o “cruzado”, afirmando, a 20 de março de 2011, que decorria uma “cruzada” colonial, capaz de desencadear uma guerra em grande escala (Euronews, 2011). Nessa primavera intervieram a Inglaterra, a França, os EUA e a NATO, sendo essa atuação criticada por países ocidentais, como a Itália ou a Nicarágua. A intervenção da NATO, numa interpretação abusiva da resolução 1973 da ONU, aprovada a 17 de março de 2011, pesou na morte de Kadhafe, ocorrida a 20 de outubro desse ano. Essa morte não trouxe o esperado: a paz, a segurança, o “pão” e o progresso. Trouxe, antes, o caos, atentados

aos direitos humanos, tráfico, criminalidade e ações terroristas, como a ocorrida a 2 de maio de 2018, contra a Alta Comissão Nacional de Eleições na Líbia.

Os líbios assumiram um duplo sentimento: por um lado mostram-se, maioritariamente, contentes com a queda de Kadhafe, provocada pelo Ocidente, mas continuam ressentidos com esse Ocidente, quer pela reserva de alguns países na intervenção militar como pela própria intervenção, que provocou mortes de cidadãos que estavam ao lado da revolução e que destruiu o país, deixando os intervenientes o teatro de operações sem consideração pelo futuro e por quem lá ficava. Além disso, existe um sentimento comum aos países do Norte de África sujeitos às Primaveras Árabes, de que nada há a agradecer ao Ocidente pela ajuda nas mudanças, porque é o mesmo Ocidente que protegia e era amigo dos tiranos desses países. Tais sentimentos de ressentimento, quase ódio, e de desconfiança justificam, entre outras razões, os ataques terroristas contra as embaixadas dos EUA a 11 de setembro de 2012, com a morte do embaixador Christopher Stevens e de outros dois americanos; da França a 23 de abril de 2013; e a tentativa contra a da Itália, a 21 de janeiro de 2017. Contribui, ainda, para explicar porque a Líbia continua a não aceitar a ajuda do Ocidente para a sua pacificação e reconstrução. As perguntas que se colocam agora são: por mais quanto tempo irá a Líbia resistir a esse pedido de ajuda? E qual será o papel da Europa nessa ajuda? ■

Referências

- Euronews, 2011. *Gaddafi calls for resistance to “colonial crusade”*. [Online]
Disponível em <http://www.euronews.com/2011/03/20/gaddafi-calls-for-resistance-to-colonial-crusade> [Acedido em 2 maio 2018].
- Joffe, G., 2002. *La Libye et l'Europe*. [Online]
Disponível em <https://www.sciencespo.fr/cei/sites/sciencespo.fr/cei/files/artgi.pdf>
- Walberg, E., 2011. *Postmodern Imperialism: Geopolitics and the Great Games*. Atlanta: Clarity Press, Inc.